



América do Sul - Política

Comércio Exterior

Meio Ambiente

Decisões de Tribunais

- Argentina admira Brasil, mas não o Mercosul
- Comissão do Parlamento do Mercosul quer meta regional de combate ao analfabetismo
- Comissão de Assuntos Jurídicos recebeu ao COLPROBA
- Mercadante propõe declaração sobre "enclaves coloniais" na América do Sul

- Venezuela garante exportação recorde de lácteos pelo Brasil
- Empresa do Brasil já investe mais nos latinos
- Reforço à exportação

- Tratamento de esgoto ainda é obstáculo para saneamento no país, diz secretário
- Governo define 1º aluguel de floresta pública
- SP promete meta de redução de emissões

- Órgão de proteção ao crédito precisa notificar previamente devedor
- Código Tributário prevalece sobre protocolo que reduziu imposto de importação

Brasil em Foco

- O governo deve criar uma empresa estatal para explorar a região do pré-sal?

Argentina admira Brasil, mas não o Mercosul

Se o assunto é futebol, argentinos e brasileiros comportam-se como inimigos irreconciliáveis. Mas quando o tema é a relação formal entre os dois países, os vizinhos ao sul do rio da Prata têm uma visão muito mais positiva e generosa.

Para 62% dos argentinos, a relação entre Brasil e Argentina deve ser a de "sócios" (33%), "amigos" (19%) ou de "irmãos" (10%). Esses são alguns dos percentuais de uma pesquisa realizada pela consultoria Graciela Römer & Associados.

O governo brasileiro contratou o levantamento, que ficou pronto em maio, mas permanecia inédito para o público até agora. Foram ouvidas 848 pessoas, e a margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Para quem se fia apenas nos estereótipos de antipatia mútua, a pesquisa é uma grande surpresa. A visão dos argentinos é amplamente favorável ao Brasil, talvez pelo fato de as economias dos dois países estarem hoje em situações opostas.

Para 59% dos argentinos, a economia brasileira está bem ou muito bem. Há dez anos, só 15% responderam dessa forma.

Hoje os argentinos também parecem muito mais bem informados sobre o outro lado da fronteira. Em 1998, quando indagados sobre economia brasileira, 38% não sabiam opinar. Hoje, são só 14%.

A Espanha aparece como o país preferencial para o estreitamento de relações (29%), mas o Brasil vem logo atrás (24%), bem à frente dos EUA (12%). O interesse pela cultura brasileira é preponderante quando o assunto é música (37%). Telenovelas vêm em segundo lugar, com 10%. Já a literatura do Brasil interessa só a 6% dos argentinos.

Bagunça

A pesquisa teve grupos de análise qualitativa, com entrevistas. Os brasileiros são descritos como estando no meio do caminho entre os chilenos ("que respeitam muito a lei") e os argentinos ("desorganizados" e "que pensam em si próprios"). Outra conclusão: o Brasil é um país organizado, embora não seja necessariamente uma sociedade organizada. Os chilenos o são nos dois sentidos. Os argentinos, em "nenhum deles".

O levantamento captou a histórica percepção de que existem "dois Brasis", um desenvolvido e rico e outro atrasado e pobre. Não por acaso, os maiores problemas apontados pelos argentinos são a pobreza (45%) e a violência (23%).

Há dez anos, as mesmas respostas encabeçavam a lista, mas a pobreza era apontada por 64% dos entrevistados. A violência ficou no mesmo patamar. E surgiu outro vilão, o narcotráfico, antes ignorado como problema do Brasil pelos vizinhos e agora citado por 18%.

A pesquisa desmonta um senso comum no Brasil: a idéia de que brasileiros na Argentina entendem mais espanhol do que os argentinos compreendem português. Segundo o levantamento, a percepção dos vizinhos é o oposto.

Eis uma frase captada em um grupo de discussão e usada no relatório para sintetizar o sentimento argentino: "Eu estava pensando no nacionalismo dos brasileiros. Quando eles vêm, nós nos esforçamos para aprender sua língua. Quando vamos lá, eles não fazem isso". Essa percepção foi interpretada na pesquisa como sendo uma atitude de certa arrogância por parte dos brasileiros e "um sinal de que a Argentina é irrelevante para o Brasil".

No campo lingüístico, 90% dos argentinos acreditam que o idioma mais relevante para ser aprendido é o inglês. Só 5% citam o português.

O levantamento foi concluído antes do fracasso da Rodada Doha, cujo objetivo era liberalizar o comércio no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). No final das negociações, a delegação brasileira abandonou uma posição de solidariedade total com alguns países, incluindo a Argentina, para apoiar uma saída negociada com nações ricas.

Mesmo sem captar a má reação argentina ao desfecho da Rodada Doha -a mídia portenha classificou o Brasil como traidor-, a pesquisa aponta uma desconfiança crescente dos vizinhos em relação aos benefícios do Mercosul.

Há dez anos, 40% dos argentinos acreditavam que o maior beneficiário do pacto dos países do Cone Sul seria o Brasil. Hoje, o percentual subiu ainda mais para expressivos 62%. Só 4,5% acreditam que a Argentina será a que mais vai lucrar com a aliança.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Argentina admira Brasil, mas não o Mercosul. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=486469

Comissão do Parlamento do Mercosul quer meta regional de combate ao analfabetismo

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul resolveu, nesta segunda-feira (18), encaminhar aos países do bloco um pedido de informações sobre o prazo fixado por cada um deles para a erradicação do analfabetismo e sobre que instrumentos serão utilizados com esse objetivo.

A decisão foi comunicada em sessão plenária pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF). Em breve discurso durante o período da sessão intitulado Tema Livre, o senador disse que as discussões sobre o Mercosul têm sido, sobretudo, a respeito de questões econômicas e comerciais e que não se vê firme empenho de cada país do bloco para a realização de metas sociais.

Quarta Frota

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) relatou as providências que o Senado tem tomado em relação à reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos - entre as quais uma visita ao embaixador norte-americano, Clifford M. Sobel, e o envio de carta aos candidatos à Presidência daquele país - e sugeriu que os Parlamentos dos demais países do Mercosul também se manifestem sobre o assunto. Simon lembrou que o Parlamento do Mercosul já aprovou declaração contra a reativação da Quarta Frota, cuja área de atuação é o Atlântico Sul.

Lei Seca

Já o deputado Beto Albuquerque (PSB-RS), que preside a Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, informou que, em setembro próximo, a Comissão de Infra-Estrutura, Transportes, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca começa a debater a harmonização da legislação do trânsito no âmbito do Mercosul.

Beto Albuquerque fez um balanço dos primeiros resultados da lei brasileira que instituiu a tolerância zero para o consumo de bebidas alcoólicas por motoristas. A nova lei completa dois meses nesta terça-feira (19).

Depois de citar dados sobre a redução dos números dos acidentes e de mortes no trânsito, o parlamentar referiu-se a carta encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva por Mirta Roses Periago, diretora da Organização Panamericana de Saúde (Opas), na qual ela afirma que o "conteúdo de vanguarda" da lei servirá não somente como padrão de mudança de condutas para a população brasileira, principalmente para os mais jovens, mas também como modelo de legislação para os demais países da região das Américas.

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Comissão do Parlamento do Mercosul quer meta regional de combate ao analfabetismo. Site oficial do Senado Federal do Brasil.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not90.htm>

Comissão de Assuntos Jurídicos recebeu ao COLPROBA

A Comissão de Assuntos Jurídicos e Institucionais do Parlamento do MERCOSUL recebeu ao Colégio de Advogados da Província de Buenos Aires (COLPROBA) e à Dra. Volonterio do Colégio de Advogados do Uruguai no último dia 18 de agosto deste ano, em resposta a um pedido de audiência da instituição.

O Colégio de Advogados de Buenos Aires realizou, durante a reunião da Comissão, uma exposição com objetivo de lograr um convênio entre ambos os organismos, e com a intenção de convidar aos organismos similares dos demais países vizinhos a se aderir ao convênio.

O presidente da Comissão, o parlamentar argentino Guillermo Jenefes, manifestou sua vontade de convidar a todos os órgãos que representem os colégios de advogados dos países do bloco para realizar um convênio que beneficie a todos por igual.

Os parlamentares que participaram da reunião da Comissão realizada na sala B do Edifício MERCOSUL, foram Guillermo Jenefes e Adolfo Rodriguez Saá da Argentina, Claudio Díaz de Brasil, Eric Salum Pires e Carmelo Benitez Cantero do Paraguai, os parlamentares venezuelanos, Alfredo Murga e Calixto Ortega Ríos junto ao secretário da dita Comissão Sr. Ricardo Quintana.

Fonte: PARLAMENTO DO MERCOSUL. Comissão de Assuntos Jurídicos recebeu ao COLPROBA. Site oficial do Parlamento do Mercosul.

Disponível em: http://www.parlamentodelmercosur.org/index1_portugues.asp

Mercadante propõe declaração sobre "enclaves coloniais" na América do Sul

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) encaminhou proposta para que o Parlamento do Mercosul aprove uma declaração favorável a uma solução pacífica e negociada para a situação da Guiana Francesa e das Ilhas Malvinas, consideradas pelo parlamentar como "enclaves coloniais" na América do Sul. Para o senador, a constituição da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) deve ser feita por Estados soberanos.

Pela proposta, o Parlamento deve declarar seu entendimento de que a Guiana Francesa e as Ilhas Malvinas

"constituem-se em territórios sob domínio colonial, ainda que tal domínio seja disfarçado por eufemismos jurídico-políticos de difícil aceitação para os povos da América do Sul".

O senador quer ainda que os parlamentares do bloco registrem sua percepção de que "tal situação historicamente anacrônica é incompatível com os princípios democráticos e libertários que conformam a União Européia". E que façam um apelo ao Parlamento Europeu para que intermedeie os esforços para o estabelecimento de um diálogo de alto nível entre a União Européia e o Mercosul que resulte numa solução diplomática para essas questões.

Mercadante sugere ainda que o Parlamento do Mercosul manifeste sua estranheza com o fato de que, "em sentido contrário aos amplos movimentos históricos de descolonização verificados em âmbitos mundial e hemisférico, até hoje a Guiana Francesa mantenha seu status de Departamento Ultramarino da República Francesa, eufemismo pomposo para uma realidade decididamente colonial". O senador pretende também que os parlamentares do bloco expressem seu inconformismo "com o fato de que o Reino Unido até hoje se empenhe em manter sob seu controle as Ilhas Malvinas, território que pertence de direito à República Argentina, Estado-Parte do Mercosul".

A proposta poderá entrar em pauta na 13ª sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, que começa no dia 15 de setembro. A 12ª sessão ordinária, que começou na segunda-feira (18), foi encerrada nesta terça-feira (19).

Fonte: AGÊNCIA SENADO DE NOTÍCIAS. Mercadante propõe declaração sobre "enclaves coloniais" na América do Sul. Site oficial do Senado Federal do Brasil.

Disponível em: <http://www.senado.gov.br/comunica/agencia/mercosul/not93.htm>

Venezuela garante exportação recorde de lácteos pelo Brasil

Não fosse a Venezuela de Hugo Chávez, as exportações brasileiras de lácteos dificilmente teriam alcançado os valores recordes vistos até julho. Nos primeiros sete meses do ano, o Brasil exportou um total de US\$ 291 milhões em produtos lácteos. Só a Venezuela comprou US\$ 141 milhões, principalmente leite em pó, no período, ou quase 48,5% dos embarques brasileiros.

Quando se compara com o ano passado, é possível ver o enorme salto nas vendas. De janeiro a julho de 2007, a Venezuela havia comprado apenas US\$ 8,8 milhões. Quer dizer, as exportações para o país vizinho cresceram 1.502%. Em 2007, o Brasil vendeu US\$ 65,4 milhões à Venezuela. Em 2006, haviam sido US\$ 34,5 milhões.

Jacques Gontijo, presidente da cooperativa Itambé, empresa brasileira que mais exporta lácteos à Venezuela hoje, admite que sem aquele mercado as vendas brasileiras do produto ao exterior "seriam um pouco menores". Mas o Brasil exportaria a outros países, afirma. Outros importadores dos lácteos nacionais são países africanos e Cuba.

Os embarques brasileiros de lácteos para a Venezuela ganharam corpo no fim do ano passado, quando o país vivia uma crise de escassez de alimentos. Na ocasião, o governo Chávez chegou a pagar cerca de 100 viagens de avião para transportar leite em pó brasileiro à Venezuela, tamanha a urgência pelo produto.

A Venezuela produz 1 bilhão de litros de leite por ano, mas tem uma demanda para 2,5 bilhões de litros, informa Gontijo. Nova Zelândia e Argentina sempre forneceram leite para a Venezuela, mas desde o fim de 2007, o Brasil vem ocupando espaço dos dois países.

Enquanto a Argentina tem dificuldades para atender à Venezuela por conta de restrições auto-impostas às exportações de alimentos, a Nova Zelândia - cujo principal exportador é a cooperativa Fonterra - deixou de embarcar leite à Venezuela por preferir não vender a governos. As importações de alimentos pelo governo venezuelano são feitas por meio da PDVAL, subsidiária americana da petrolífera PDVSA. Tais produtos são comercializados com preços subsidiados na rede de varejo Mercal.

A dependência de um mercado na exportação é uma preocupação, reconhece também Gontijo. Mas a perspectiva é de que os venezuelanos continuem a demandar o produto brasileiro. Segundo ele, a Venezuela já faz cotação de preços para embarque no primeiro trimestre de 2009. A estimativa é de que neste ano, o país compre 70 mil toneladas de lácteos do Brasil, 40% do que necessita importar.

O bom relacionamento entre os governos Lula e Chávez tem contribuído para o Brasil vender mais ao país, admite o presidente da Itambé. Mas não é só isso. "Ele [Chávez] também tem bom relacionamento com os Kirchner e não adiantou", diz referindo-se à presidente argentina Cristina Kirchner.

O secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Célio Porto, comemora a expansão das vendas para a Venezuela, mas adverte para os riscos de uma excessiva dependência do vizinho. "Os lácteos são a bola da vez. Em todo evento internacional que participamos, há sempre uma procura grande em relação a esses produtos. Nossos parceiros querem ampliar as compras", diz. "Mas Venezuela e Argélia, por exemplo, são mercados de risco, por questões de instabilidade política".

Porto compara a situação dos lácteos com a "russodependência" nas exportações de carne suína. "A concentração que ocorreu com os suínos para a Rússia se repete agora com os lácteos para a Venezuela", diz. Por isso, o governo tenta consolidar a abertura do mercado do México. Os mexicanos prometeram derrubar as barreiras aos lácteos brasileiros, mas a burocracia dos astecas tem dificultado essa expansão. Uma fábrica da Itambé já foi vistoriada pelos mexicanos, e a expectativa é começar a embarcar ao país em dois meses, segundo Jacques Gontijo.

Para Marcelo Costa Martins, assessor técnico da Comissão Nacional da Pecuária de Leite da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o país ampliou as vendas à Venezuela por uma questão "de oportunidade de mercado". Ele diz que há grande demanda mundial por lácteos, assim, mais do que a dependência da Venezuela, o que preocupa é o câmbio, que pode dificultar o aumento das exportações.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Venezuela garante exportação recorde de lácteos pelo Brasil. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores.

Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=485670

Empresa do Brasil já investe mais nos latinos

Após ganhar participação no conjunto das exportações brasileiras, os países da América Latina começam a receber, também, um maior volume do investimento produtivo de empresas brasileiras no exterior. Seja na construção de fábricas, seja pela aquisição de companhias locais ou pela fusão com parceiros, a região foi destino de 10,4% do investimento direto brasileiro no primeiro semestre deste ano, ou US\$ 733 milhões. Desde a década de 40 até 2006, o Brasil formou um estoque de investimento direto no exterior de US\$ 90 bilhões, dos quais 7 bilhões foram aplicados na América Latina, o que representa 7% do total. E a perspectiva é de que esse montante cresça significativamente nos próximos anos. Somente para o período de 2008 a 2012 já foram anunciados aportes que superam US\$ 10 bilhões.

Nos últimos anos, a participação da América Latina como destino dos investimentos brasileiros tem aumentado, havendo alcançado 15,7% no ano passado. No primeiro semestre deste ano, o índice foi menor, mas a perspectiva é de que a participação no ano cresça com os investimentos anunciados a partir do mês de julho. Para o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet), Luís Afonso Lima, os resultados do primeiro semestre não refletem exatamente a realidade. "Por uma burocracia a empresa posterga o investimento de um mês para outro. Mas a tendência de médio e longo prazos é de aumento de participação na América Latina", afirma. No período, os aportes na América Latina (de US\$ 733 milhões) tiveram queda de 39,8% sobre igual intervalo de 2007, quando somaram US\$ 1,217 bilhão.

O resultado de 2008 não inclui cifras anunciadas recentemente, como os US\$ 200 milhões que a Camargo Corrêa investirá para construir uma fábrica na Argentina. E há investimentos anunciados, e não realizados em sua totalidade, que confirmam a atratividade dos países latinoamericanos, como os US\$ 2,4 bilhões que a Petrobras pretende investir na Argentina até 2012 e a assinatura, em maio, do memorando entre Petrobras, Braskem e a estatal Petroperu para investir US\$ 3 bilhões em um pólo petroquímico no Peru. Para esse país, os grupos Petrobras, Odebrecht, Vale, Praxair, Braskem, Votorantim, Intersur e Natura anunciaram aportes para o período de 2008 a 2013 que totalizam US\$ 7,61 bilhões.

"Existe uma tendência de expansão dos investimentos entre países emergentes. O investimento intra-regional é mais evidente na Ásia e começa a ganhar corpo na América Latina", afirma Lima. A Sobeet não faz projeções por região, mas estima um salto do investimento brasileiro direto no exterior neste ano, de US\$ 7,067 bilhões para US\$ 17,5 bilhões.

De acordo com a Sobeet, o potencial de expansão dos mercados vizinhos é um dos fatores que estimula o

incremento dos investimentos brasileiros no exterior. Facilidades logísticas, favorecimento por acordos de comércio bilateral e diferenças de câmbio também fazem parte do pacote de benefícios avaliados por empresários brasileiros ao investir em capital produtivo no exterior. "É importante observar que o aumento dos investimentos no exterior é consequência não apenas das apostas de grandes grupos, como Petrobras e Vale, mas também de empresas de médio porte, que enxergaram nichos nos países latinoamericanos", salienta Lima.

Ele cita o caso da fabricante de softwares Datasul, que ainda espera a aprovação dos acionistas para a sua fusão com a Totvs e tem planos para abrir 15 lojas no continente. "Existe na América Latina uma demanda por softwares de menor porte que não é atendida por gigantes multinacionais e as empresas brasileiras ocuparam esses nichos", diz Lima. De acordo com a Sobeet, os investimentos do Brasil no exterior são realizados por aproximadamente 900 empresas, número que tende a crescer de forma exponencial no futuro.

No caso das "gigantes" brasileiras, os investimentos têm como um dos principais objetivos incrementar a produção para atender ao mercado brasileiro ou ganhar robustez para competir no mercado global com outros conglomerados. É o caso, cita, dos investimentos na área de gás, energia, petróleo, siderurgia e mineração.

"A América Latina ganha importância principalmente para empresas focadas em commodities. Mas pela relevância que têm na economia global, países tradicionais como Estados Unidos ainda devem liderar os investimentos por um bom tempo", avalia José Paulo Rocha, sócio de finanças corporativas da Deloitte.

De acordo com o economista, o foco das operações na América Latina tem sido pequenas e médias empresas, parte delas de capital fechado, o que torna o preço de aquisição mais atraente. O real valorizado em relação às moedas dos países vizinhos também contribui para tornar os preços dessas empresas mais atrativos que de empresas brasileiras, avalia. "Acredito que no médio e longo prazos os investimentos nesses países vão se intensificar e representar uma parcela mais significativa da participação brasileira no exterior."

Ele observa que fatores políticos ainda influenciam de forma negativa a decisão de investimento na região. Ele cita o caso da Argentina, principal destino dos aportes brasileiros na América do Sul, com um total de US\$ 241 milhões no período de janeiro a junho deste ano - 33,1% mais que o registrado no primeiro semestre do ano passado. O segundo país latino-americano que mais recebeu recursos brasileiros neste ano foi o Chile, totalizando US\$ 199 milhões, seguido por Colômbia (US\$ 166 milhões), Uruguai (US\$ 82 milhões), México e Peru (US\$ 16 milhões em cada um), Panamá (US\$ 10 milhões) e Bolívia (US\$ 3 milhões).

De acordo com dados do Banco Central, de janeiro a junho as empresas brasileiras elevaram os investimentos diretos em empresas no exterior em 39,6% em comparação com igual intervalo de 2007, totalizando US\$ 7,046 bilhões. Esses valores referem-se aos investimentos diretos não financeiros acima de US\$ 1 milhão e não inclui investimentos em bens e imóveis. A soma também não leva em consideração aportes em paraísos fiscais.

Os Estados Unidos continuaram como principal destino dos aportes brasileiros, totalizando US\$ 2,118 bilhões, ante US\$ 676 milhões em igual intervalo do ano passado. Entre as operações de maior porte no país estão a aquisição de três frigoríficos nos EUA pelo grupo JBS-Friboi em março, no valor de US\$ 1,8 bilhão, a aquisição de empresas do grupo OSI pelo Marfrig por US\$ 680 milhões e aquisição da Century Steel pelo grupo Gerdau por US\$ 152 milhões, de acordo com levantamento de fusões e aquisições da KPMG.

De acordo com André Castello Branco, responsável pela pesquisa de fusões e aquisições da KPMG, no primeiro semestre deste ano as empresas brasileiras realizaram 47 transações de fusão e aquisição no mercado externo, sendo 15 na América Latina. No ano todo de 2007 foram realizadas 66 transações, sendo 41 na América Latina.

Ele observa que a maior parte das transações é feita por empresas de uso intensivo de capital, que muitas vezes optam pelos países latinoamericanos devido ao custo menor do trabalho e do investimento. "Muitas vezes as empresas aproveitam as vantagens desses mercados para torná-los plataforma de exportação", afirma. Castello Branco também aponta um incremento da participação no exterior de empresas de porte

médio, que se capitalizaram nos últimos anos, seja por financiamento ou pela entrada no mercado de ações.

Para Castelo Branco, o segundo semestre tende a ser mais crítico para investimentos. "Ainda existe muita incerteza no cenário macroeconômico mundial e não se sabe até que ponto o cenário afetará as decisões de investimento", afirma. Ele observou que no primeiro semestre foram realizadas por empresas brasileiras 327 transações no exterior. Se o número for repetido, totalizará no ano 654 transações, menos que as 699 realizadas no ano passado.

Álvaro Calderón, economista da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) das Nações Unidas, acredita que os grandes grupos brasileiros ainda tenderão a privilegiar investimentos em mercados já consolidados, como Estados Unidos e países da Europa, principalmente nesse período de instabilidade econômica no mercado internacional. Em sua avaliação, a escolha por países vizinhos está mais ligada a decisões particulares das empresas do que a um cenário menos favorável para as economias desenvolvidas. "Foram feitos investimentos importantes na América Latina, mas sempre por grupos que aproveitaram oportunidades particulares para fazer aquisições e expandir a participação nesses mercados."

Ainda assim, o Brasil é de longe o país sul-americano que mais investe no continente. Em 2006, já respondia por 77,9% do fluxo do total de investimentos diretos realizados na América do Sul, que no período totalizou US\$ 36,192 bilhões. Entre as operações realizadas em países da América do Sul na década, destacaram-se a aquisição da argentina Quilmes Industrial pela belga-brasileira Ambev (por US\$ 1,25 bilhão) e a aquisição das operações do BankBoston no Chile e no Uruguai pelo Itaú, por US\$ 650 milhões. Ainda conforme a Cepal, em 2007, o Brasil respondeu por 35% dos investimentos estrangeiros recebidos pelo Chile e 47% dos investimentos estrangeiros na Colômbia.

Fonte: VALOR ECONÔMICO. Empresa do Brasil já investe mais nos latinos. Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=485296

Reforço à exportação

O governo federal deverá reforçar em setembro sua política de comércio exterior com a regulamentação do drawback verde-amarelo. As empresas poderão, finalmente, desfrutar da redução de tributos na compra de insumos nacionais - matérias-primas, bens intermediários e embalagens - para a produção e o acondicionamento de bens destinados à exportação. Será uma desvantagem a menos em relação às indústrias dos países mais ativos no mercado internacional. As indústrias beneficiadas ficarão livres, na compra desses insumos, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A suspensão dos impostos havia sido concedida em 12 de maio, por meio de instrução normativa da Receita Federal, mas faltava regulamentar a medida e montar o sistema eletrônico para a implantação do novo regime.

O drawback verde-amarelo é parte da política industrial anunciada no primeiro semestre pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e comércio exterior, Miguel Jorge. O drawback tradicional, conhecido há décadas no Brasil, permite apenas a suspensão dos tributos cobrados sobre insumos estrangeiros, quando são incorporados em produtos destinados à exportação.

O mecanismo era em princípio benéfico, mas produzia pelo menos um efeito indesejável, pois estimulava a Importação de matérias-primas e bens intermediários disponíveis no Brasil e criava uma situação injusta para uma parte dos produtores brasileiros. Com a regulamentação do novo mecanismo pela Câmara de comércio exterior (Camex), essa distorção será corrigida e, além disso, a carga tributária suportada pelos exportadores ficará um pouco menos pesada. A tributação é uma das principais desvantagens dos produtores brasileiros quando têm de enfrentar concorrentes estrangeiros tanto no mercado internacional quanto no mercado interno.

As facilidades federais, no entanto, resolvem apenas parte desse problema. O poder de competição das empresas brasileiras é também afetado pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), pago aos Estados. As mercadorias são isentas desse tributo quando embarcadas para o exterior, mas, ainda assim, a desvantagem fiscal é muito grande. Não há isenção para os insumos nem para a compra de máquinas e equipamentos (neste caso, há um crédito recuperável em 48 meses, quase uma brincadeira de mau gosto).

Além disso, outros créditos acumulados por exportadoras são recebidos com muita dificuldade. Segundo estimativas não oficiais, mas consideradas confiáveis, o estoque de créditos fiscais acumulados contra todos

os Estados já alcança o valor de R\$ 17 bilhões.

O governo federal não pode forçar os Estados a participar de políticas como a do drawback verde-amarelo. Nem mesmo um governo estadual pode conceder um benefício desse tipo unilateralmente, sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). A solução para problemas como esse virá somente com a reforma tributária, se o projeto não for muito desfigurado nem ficar emperrado numa das Casas do Congresso.

Por enquanto, a ponte entre a política industrial e a de comércio exterior continua dependendo principalmente da Camex, quando o assunto é tributação. Na quinta-feira, esse mecanismo funcionou novamente, com a inclusão de mais 181 equipamentos - máquinas e bens de informática e de telecomunicações - na lista de ex-tarifários. O Imposto de Importação sobre esses produtos, sem similares nacionais, cai temporariamente para 2%.

Essa redução facilitará investimentos estimados em US\$ 2,59 bilhões em vários setores. Os principais beneficiários são os segmentos de metalurgia, papel e celulose e embalagens, segundo a Camex. Empresas podem pedir a inclusão de bens de produção na lista de ex-tarifários, quando não encontram similares no mercado interno.

Facilidades como essas não eliminam, mas atenuam, pelo menos, a desvantagem causada pela valorização cambial, um importante fator de encarecimento dos produtos nacionais. Para nivelar o jogo sem manipular o câmbio, o setor público teria de atacar muitos outros problemas fora do alcance dos próprios empresários, como os custos logísticos, por exemplo. Na tributação ainda falta corrigir muitas e graves distorções.

Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. Reforço à exportação Página oficial do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=488936

Tratamento de esgoto ainda é obstáculo para saneamento no país, diz secretário

O baixo percentual de tratamento de esgoto no país --apenas 30%-- é o principal obstáculo da implementação das diretrizes apontadas pela lei do saneamento, que além do acesso aos serviços de esgoto sanitário, prevê tratamento de água, drenagem urbana e destinação correta para os resíduos sólidos. A avaliação é do secretário nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Leodegar Tiscoski.

Até quinta-feira (21/08), o assunto será tema do seminário Saneamento Ambiental no Brasil, Avanços e Desafios do Poder Público, organizado pela organização não-governamental ambientalista Instituto Biosfera, que debaterá a situação atual e as estratégias para melhoria do saneamento nas cinco regiões do país.

Na avaliação de Tiscoski, que participou nesta terça-feira da abertura do seminário, a reunião vai permitir a troca de experiências e apresentação de modelos de gestão bem-sucedidos em alguns Estados para auxiliar a elaboração e implementação de propostas em regiões como Norte e Nordeste, onde a falta de acesso ao saneamento é mais crítica.

"Alguns políticos de antigamente tinham a imagem de que investir em saneamento significava enterrar obras. Hoje, a população reconhece e cobra o saneamento como fundamental, necessário para qualidade de vida", afirmou.

O secretário estima que para universalizar o acesso ao saneamento no Brasil são necessários cerca de R\$ 180 bilhões. Segundo Tiscoski, nos últimos cinco anos, o governo investiu R\$ 12 bilhões e até 2011, outros R\$ 40 bilhões serão liberados para as ações na área, no chamado PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) do Saneamento.

"É um processo lento para trazer os benefícios que a população necessita, mas já se começa a ter uma virada", pondera. "Pela histórica falta de investimentos maciços na área, haviam poucos projetos ou estavam defasados. Agora, o setor começou a acordar", avalia Tiscoski.

Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Tratamento de esgoto ainda é obstáculo para saneamento no país, diz secretário. Folhaonline. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u435480.shtml>

Governo define 1º aluguel de floresta pública

As empresas Alex Madeiras, Sakura e Amata são as vencedoras da licitação para o manejo florestal

sustentável na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia. O anúncio dos ganhadores do primeiro processo de concessão florestal do país ocorreu anteontem [18/08], em Brasília.

De acordo com o SFB (Serviço Florestal Brasileiro), instituição governamental responsável pelo aluguel da floresta, os contratos deverão ser assinados em até 30 dias.

A empresa Amata vai gerir a maior unidade de manejo florestal licitada na floresta do Jamari. A companhia ficará com uma área de 46 mil hectares sob sua responsabilidade.

A Sakura vai usar uma unidade de manejo com 33 mil hectares. A Alex Madeiras ficará com a área menor, de 17 mil hectares.

As empresas vão explorar seus lotes por 40 anos. Os recursos obtidos com o aluguel --R\$ 3,8 milhões ao ano - serão divididos entre os governos federal, estadual e municipal.

O processo na Jamari começou em dezembro de 2007 e já demora mais do que o esperado. Várias vezes ele foi parado na Justiça por meio de liminares. Quem perdeu a licitação tem até a próxima sexta-feira para recorrer.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. Governo define 1º aluguel de floresta pública. Folhaonline.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u435636.shtml>

SP promete meta de redução de emissões

O secretário estadual do Meio Ambiente, Xico Graziano, afirmou ontem [28/08] que o governo terá uma meta de reduzir pelo menos em 20% a emissão de gases de efeito estufa para o Estado de São Paulo e que, em breve, enviará a lei estadual de mudança climática para apreciação da Assembléia Legislativa do Estado.

O secretário esteve ontem no lançamento do Programa de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais, na Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

Em entrevista à Folha, ele disse que a lei dará um prazo de três anos para que se faça um inventário das emissões. A partir disso, será estabelecida a meta, que "não poderá ser menor do que 20%" (em relação ao ano de 1990) até 2020.

Fabio Feldmann, secretário executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas Globais e de Biodiversidade que participa da elaboração da nova lei, disse que fixar uma meta é "sinalizar que São Paulo terá de se engajar nisso, que a economia paulista terá de se descarbonizar ou se manter descarbonizada".

Neste mês, o governo municipal de São Paulo enviou para a Câmara a Política Municipal de Mudança do Clima. A meta da Prefeitura é de reduzir a emissão de gases de efeito estufa da capital em 30% até 2012.

O governo federal, até agora, tem evitado nos fóruns internacionais de mudanças climáticas assumir metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa.

Graziano disse que impor uma meta é "fazer o que tem de ser feito". "A posição nacional acaba ainda enxergando o desenvolvimento como algo que pode ser sujo. Aqui em São Paulo não, queremos desenvolvimento limpo", disse.

O botânico Carlos Joly, da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), também criticou ontem o governo federal. "A posição brasileira é pior do que a dos Estados Unidos [que não aceitaram o Protocolo de Kyoto]", disse o cientista, um dos poucos a assumirem posição política sobre o tema.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que o Plano Nacional de Mudança Climática será lançado no dia 22 de setembro.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. SP promete meta de redução de emissões. Folhaonline.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ambiente/ult10007u439174.shtml>

Órgão de proteção ao crédito precisa notificar previamente devedor

A pessoa natural ou jurídica que tem o nome inscrito em cadastro de devedores tem o direito a ser

informado. A falta dessa comunicação, segundo a mais recente súmula da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a de n. 359, pode acarretar a responsabilidade da entidade que administra o banco de dados. Essa obrigação deve ser prévia e existe ainda que os estatutos imponham tal providência ao lojista.

Num dos processos de referência para a edição da Súmula n. 359, uma empresa de calçados de São Paulo moveu uma ação contra o banco Santander por ter tido o nome inscrito indevidamente no Serasa e SPC. O banco alegou que não tinha ascendência direta sobre a Serasa e não poderia ser impedido de solicitar a inscrição do nome do devedor. O banco alegava se tratar de um mero exercício regular de direito, razão pela qual uma possível indenização deveria ser paga pelo órgão que mantém o cadastro.

A Terceira Turma decidiu, no caso, que os bancos são parte ilegítima para responder pela responsabilidade da comunicação da inscrição. A responsabilidade cabe unicamente ao mantenedor do cadastro. “Desconhecendo a existência do registro negativo, a pessoa sequer tem condições de se defender contra os males que daí lhe decorrem”, assinalou o ministro Ruy Rosado, no julgamento de um cidadão que teve uma duplicata protestada no Rio de Janeiro e foi inscrito sem a comunicação do registro.

O teor da Súmula 359 é este: Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de proteção ao crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.

Referências:

MC 5.999/SP, AgRg no Ag 661.983/MG, Resp 648.916/RS, AgRg no Resp 617.801/RS, Resp 285401/SP, Resp 442.483/RS, Resp 595.170/SC, Resp 746.755/MG, Resp 849.223/MT.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Órgão de proteção ao crédito precisa notificar previamente devedor. Página Oficial do STJ.

Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=88743

Código Tributário prevalece sobre protocolo que reduziu imposto de importação

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento inédito, firmou o entendimento sobre a irretroatividade da Lei Tributária na aplicação do Sexto Protocolo Adicional do Acordo Comercial número 15. O Protocolo reduziu o percentual do imposto de importação sobre produtos químicos farmacêuticos entre os países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) de 30% para 3%, a partir de 1º de janeiro de 1988. Por unanimidade, a Turma concluiu que o Código Tributário Nacional (CTN) prevalece sobre o Protocolo.

No caso em questão, a Merck S/A Indústrias Químicas importou 20 quilos de cianocobalamina (cobamina, vitamina B-12), em maio de 1988. Na ocasião, como o Protocolo ainda não havia sido regulamentado, a empresa assinou um termo de responsabilidade para que a substância importada fosse liberada pelas autoridades alfandegárias com a tarifa de 3%.

Em março de 1990, o Decreto n. 99.044 regulamentou e incorporou o referido Protocolo ao ordenamento jurídico interno nos seguintes termos: “Art. 1º O Sexto Protocolo Adicional ao Acordo Comercial n. 15 no Setor da Indústria Químico-Farmacêutica, entre o Brasil, a Argentina e o México, apenso por cópia ao presente decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém, inclusive quanto a sua vigência.”

Com a publicação do decreto, a Fazenda Nacional exigiu a execução fiscal do termo de responsabilidade assinado pela Merck, sustentando que o referido dispositivo conflita com os artigos 105 e 106 do Código Tributário Nacional e não deve prevalecer. A empresa recorreu à Justiça e conseguiu anular a execução em sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

Segundo decisão do TJSP, o dispositivo não viola o artigo 105 do CNT, pois o fato gerador não é pretérito à norma. Assim, a empresa não seria devedora do crédito tributário por estar amparada pelo Decreto n. 99.044, que permitiu a incidência do Sexto Protocolo desde a data que este estipulou para sua entrada em vigor (1º de janeiro de 1988), alcançando o fato gerador.

Irretroatividade

A Fazenda Nacional recorreu ao STJ contra o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo. Ao julgar o processo, o relator, ministro Humberto Martins, ressaltou que, conforme disposto no artigo 105 do Código

Tributário Nacional, a aplicação da legislação tributária não deve ocorrer em se tratando de fatos geradores a ela antecedentes e já consumados.

Para o ministro, embora o Decreto n. 99.044/90 reze, em seu artigo 1º, que o Sexto Protocolo "será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém, inclusive quanto à sua vigência", ele viola dispositivo do Código Tributário Nacional, que, por se tratar de lei complementar, deve prevalecer sobre aquele.

"Desacertada, portanto, a aplicação, pela Corte de origem, do artigo 106, inciso II, alínea "c", do Código Tributário Nacional na hipótese presente, ante a impossibilidade de retroação do Decreto n. 99.044/90 a fato gerador surgido com desembaraço aduaneiro anterior, nos termos do artigo 105 do Código Tributário Nacional", ressaltou o ministro em seu voto.

Fonte: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Código Tributário prevalece sobre protocolo que reduziu imposto de importação.

Página Oficial do STJ.

Disponível em: http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=88865

O governo deve criar uma empresa estatal para explorar a região do pré-sal?

SIM

Prioridade do interesse nacional

LUIZ PINGUELLI ROSA

É FRUTÍFERO o debate sobre a criação de uma nova empresa estatal para gestão, controle e apropriação dos benefícios financeiros do petróleo do pré-sal descoberto pela Petrobras. O curioso é o alinhamento, de um lado, da grande mídia e dos grupos econômicos envolvidos com o petróleo e, de outro, da quase totalidade da esquerda e dos defensores do desenvolvimento nacional menos dependente, ambos os lados criticando a nova empresa. Os primeiros argumentam em nome do mercado livre competitivo e da globalização econômica e, portanto, da abertura das reservas de petróleo ao mundo. Os últimos, em defesa da Petrobras, líder mundial na tecnologia de águas profundas. Mas esse dilema é equivocados. A nova empresa é a pedra da sopa de pedra. Pode-se tirá-la e ingerir a sopa, mas, sem pedra, não haveria os ingredientes para fazer a sopa. A empresa nova será finalmente criada ou não, mas o fundamental é a sinalização de que as coisas não podem ficar como estão: terá de haver mudanças, embora não qualquer mudança. O objetivo deve ser usar as grandes reservas em favor do interesse da população do país, em grande parte muito pobre, e não só no interesse dos investidores. Sendo confirmadas as dimensões da quantidade de petróleo no pré-sal, as reservas brasileiras, que eram de 14 bilhões de barris, terão um volume adicional que pode variar desde 30 bilhões a 50 bilhões de barris até 80 bilhões a 100 bilhões de barris. Ora, se colocamos uma casa para vender e descobrimos que há um tesouro enterrado no seu terreno, mudamos o seu preço ou não a vendemos. O risco do investimento na exploração do petróleo no país caiu, pois a probabilidade de encontrá-lo aumentou. No regime atual de concessão, são licitados blocos para a exploração por empresas, a maioria de fora do país, e pela Petrobras, tendo elas a propriedade do petróleo retirado. A remuneração máxima ao Estado em seus diferentes níveis fica abaixo de 50% da renda da empresa petrolífera. Em países grandes produtores de petróleo, a remuneração do Estado pelas empresas petrolíferas pode ultrapassar 80%. Em vez do regime de concessão, alguns usam o regime de contratos com partilha do petróleo produzido ou com posse desse produto pelo Estado, por meio de uma entidade estatal, remunerando a empresa petrolífera pelos serviços. Alguns defendem que não se pode mudar nada, pois espanta os investidores de fora. Ora, esse argumento é ahistórico, ao estilo de Fukuyama, pois, se fosse assim, estaríamos no império ou ainda seríamos colônia. O mundo do capitalismo é mais o de Heráclito: tudo se transforma o tempo todo. Ou de Marx: tudo que é sólido se desmancha no ar. Outros dizem que a Petrobras não terá os US\$ 600 bilhões necessários para retirar o petróleo do pré-sal, sendo importante dar concessões às empresas estrangeiras. Ora, é verdade que o custo de investimento será alto, dadas a profundidade sob o mar e a própria natureza da camada de sal a ser atravessada. A Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), inclusive, vem colaborando no desenvolvimento de tecnologia para superar esse desafio. Mas, se o preço de US\$ 120 por barril de petróleo cair para US\$ 100, 30 bilhões de barris já dariam uma renda potencial de US\$ 3 trilhões. Esse é um tesouro enterrado, e quem o possui não terá dificuldade de alavancar dinheiro ou encontrar parceiros. Na Noruega, há uma empresa estatal enxuta para a gestão das reservas, a Petoro, e outra para exploração, a Statoil. Mas alegam que aqui uma estatal será sempre inoperante e cobiçada pelos partidos aliados para ocupar cargos. No entanto, a Petrobras é eficiente e todos reconhecem isso. Se a Petrobras é hegemônica no atual regime, por que a nova empresa? Esse é um argumento forte dos defensores do desenvolvimento nacional independente. De fato, pode-se aumentar a participação da

União e reduzir os dividendos remetidos ao exterior. Mas isso não basta, é preciso mudar o regime, e a mudança mais efetiva colocada até agora é a nova empresa, desde que contrate a Petrobras como detentora da tecnologia para explorar o pré-sal, com ou sem parcerias, e sejam mantidos com ela os contratos das áreas concedidas em torno de Tupi.

LUIZ PINGUELLI ROSA, 66, físico, é diretor da Coppe-UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Foi presidente da Eletrobrás (2003-2004).

NÃO

Mudar o regime atual é retrocesso

OSVAIR V. TREVISAN e SAUL B. SUSLICK

NO MUNDO todo, o aproveitamento dos recursos de petróleo e gás de cada país são gerenciados por meio de contratos entre governos e empresas. Os modelos mais comuns são o regime de concessão e o de partilha da produção. Em menor escala, ainda existe o contrato de serviços, vigente em poucos países.

No Brasil, o atual regime utilizado, de concessão, tem sido colocado em questão a ponto de alguns políticos terem sugerido uma mudança para o sistema de partilha, o qual necessita da atuação de uma empresa estatal.

Por isso, antes de discutir a criação de uma nova empresa, é preciso colocar sobre a mesa os modelos e ver se a mudança de regime seria um bom negócio para o país.

Para começar, devemos derrubar alguns mitos. Um deles é a afirmação de que o regime de partilha permite que o governo receba mais dividendos da exploração do petróleo. Ambos os regimes são flexíveis o suficiente para permitir fatias maiores ou menores aos cofres do Estado.

Tampouco é verdade que a escolha do tipo de contrato depende da quantidade de recursos petrolíferos ou do grau de risco exploratório existente em um país. Há exemplos e contra-exemplos dos dois lados.

Em que os dois sistemas diferem?

Os de concessão são mais práticos de serem gerenciados, uma vez que usam taxas e regras públicas conhecidas por todos os protagonistas. Sua administração é normalmente feita por um órgão de Estado que, na maioria das vezes, é uma agência reguladora. Esses órgãos gerenciam a apropriação da renda petroleira destinada ao Estado por meio de participações governamentais. No Brasil, essa tarefa cabe à ANP (Agência Nacional do Petróleo). Nesse sistema, todos os riscos da atividade correm integralmente por conta dos concessionários.

Os contratos de partilha, por sua vez, têm uma operação mais complicada. Necessitam do gerenciamento de um corpo de especialistas, pois envolvem elevados níveis de complexidade e riscos. São baseados no cálculo da renda auferida depois de descontados os gastos com a exploração e os custos da produção do óleo. O governo é o responsável pelos custos da atividade exploratória e da produção.

É preciso lembrar que a exploração petrolífera envolve riscos, como gastos com poços secos, além de problemas complexos de logística e obstáculos operacionais. Some-se a esses os problemas imputáveis ao governo, como atrasos no licenciamento ambiental, além de outros de uma lista grande demais para ser arrolada aqui.

No regime de partilha, os gastos são feitos pelas empresas contratadas e repassados ao governo. A parte da renda que o governo leva depende crucialmente do "profit oil", um jargão da indústria para designar a diferença entre as receitas obtidas e os gastos da produção. Os cálculos não são simples: dependem de especialistas que conheçam em detalhes as atividades, as operações, os equipamentos, os tempos envolvidos e todos os eventuais problemas associados.

O trabalho ainda não terminou. No regime de partilha, o governo fica com o petróleo produzido. Isso quer dizer que ele terá de se encarregar de todas as operações subsequentes até transformá-lo em dinheiro. No mínimo, terá de tratar, transportar, armazenar, vender e entregar o produto.

O conjunto dessas atividades demanda um corpo de técnicos e especialistas típico de uma empresa de petróleo. Além disso, o número de profissionais envolvidos não é pequeno.

Muito tem se falado do modelo da Noruega. O sistema fiscal do país nórdico é muito semelhante ao moderno sistema de concessão existente no Brasil. A tão citada norueguesa Petoro não é uma empresa operadora de petróleo. Ela atua como um banco, sendo gestora do fundo financeiro criado com a parcela governamental da renda gerada pelo setor.

É inegável que o regime de partilha é um sistema mais oneroso na gerência dos contratos com as empresas, sem falar na questão dos maiores riscos que traz ao controle de fraudes. O Brasil tem hoje um sistema moderno e elogiado de gerência dos contratos e não há por que complicar, retrocedendo a um sistema de partilha. E, se não o tivermos, não necessitamos de outra empresa estatal de petróleo.

OSVAIR V. TREVISAN, 56, é professor titular do Departamento de Engenharia de Petróleo e diretor do Centro de Estudos de Petróleo da Unicamp.

SAUL B. SUSLICK, 58, é professor titular do Departamento de Geologia e Recursos Naturais da Unicamp.

Fonte: FOLHA DE SÃO PAULO. O governo deve criar uma empresa estatal para explorar a região do pré-sal?
Matéria sugerida e enviada, via e-mail, pelo Dr. Marco Aurélio Cunha.

Contato

Bernardo Pablo Sukiennik
(61) 8409-0339
pablo.s@brturbo.com.br

Rafaela Silva Brito
(61) 8121-9556
rafaelabritoadv@yahoo.com.br

Para solicitar sua remoção do cadastro, envie, por meio de seu e-mail, uma mensagem em branco para o remetente.